



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL BOM JESUS

Rua Pedro Bortoluzzi, 435 - Centro - Bom Jesus - SC
CEP: 89824-000 CNPJ: 01.551.148/0001-87 Telefone: (49) 3424-0181

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 86/2023
Data Processo: 29/08/2023

Fornecedor: NDALETI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA

CPF/CNPJ: 28.614.001/0001-45

Endereço: RUI BARBOSA

Cidade: Xanxerê

Inscrição Estadual:

OBJETO DE COMPRA: Aquisição de tubo de esgoto, redução de esgoto e tê para serem usados no Centro Comunitário, no Município de Bom Jesus/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Valor Unit.	Valor Total
1	8,000	UNI	Redução de esgoto de 200 x 150 mm	119,00	952,00
				Total:	952,00

Valor da despesa: R\$ 9212,30

Pagamento: ordem cronológica

JUSTIFICATIVA:

A presente contratação visa a aquisição de materiais para serem usados no Centro Comunitário para confecção de nova fossa e sumidouro para atender o prédio público.

O Centro Comunitário é utilizado para eventos da população em geral do Município, sendo que a despesa em questão se destina a manutenção do prédio, para melhor atender os munícipes que utilizam o local.

Mediante cotação de preços, verificou-se que a empresa a ser contratada apresentou a melhor proposta à administração pública, sendo que, conforme fundamentação legal, é permitida a contratação via dispensa de processo licitatório em razão do valor ofertado.

Considerando que o valor se encontra dentro do limite previsto no inciso I, do artigo 24 da Lei 8.666/1993, Decreto Federal nº 9.412/2018 e Lei nº 14.065/2020, sendo, portanto, dispensável a licitação.

RAZÕES DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

O preço é compatível com o mercado, sendo que a empresa apresentou o orçamento mais baixo para a realização deste objeto dentre os três orçamentos apresentados

Considerando que o valor se encontra dentro do limite previsto no inciso I, do artigo 24 da Lei 8.666/1993, Decreto Federal nº 9.412/2018 e Lei nº 14.065/2020, sendo, portanto, dispensável a licitação.

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8666/1993 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.